

Aula 10 – A Abertura "Lenta, Gradual e Segura" de Geisel

Bem-vindo(a) à Aula 10 do nosso Curso de História do Brasil Contemporâneo! Se você chegou até aqui, é porque já compreende a complexidade dos anos de chumbo no Brasil. Agora, vamos mergulhar em um dos períodos mais intrigantes e controversos da nossa história recente: a chamada "abertura política" do governo Geisel.

Por que é tão importante entender esse momento? Porque ele moldou, e ainda molda, a nossa democracia. Ao final desta aula, você não apenas será capaz de identificar os principais marcos da distensão política, mas também de analisar criticamente as contradições e os limites desse processo. Você entenderá como as manobras políticas da época reverberam até hoje em nosso cenário político e social, e como a história não é um caminho linear, mas um emaranhado de avanços e recuos.

Nesta jornada, exploraremos o projeto de distensão de Geisel, as persistentes sombras da repressão, o surpreendente avanço do MDB em 1974, as respostas autoritárias do regime com o Pacote de Abril de 1977 e, finalmente, a revogação do AI-5 e suas reais implicações. Prepare-se para desvendar as camadas de um período onde a esperança de liberdade se misturava com a dura realidade da opressão.

O Projeto de Distensão Política do Governo Geisel: Uma Estratégia Calculada

Imagine que você está no comando de um navio gigantesco, o "Brasil", que navegou por águas turbulentas de autoritarismo e repressão por quase uma década. A tripulação está exausta, há sinais de motim em alguns setores e a pressão externa por uma mudança de rota é cada vez maior. Como você faria para mudar o curso sem virar o navio de uma vez, causando um caos ainda maior?

Essa era a complexa situação que o General Ernesto Geisel, ao assumir a presidência em 1974, tinha em mãos. O "milagre econômico" dava sinais de esgotamento, a oposição interna, mesmo sufocada, começava a se reorganizar, e a imagem do Brasil no exterior estava arranhada pela persistência da ditadura. Geisel, um militar pragmático e com visão estratégica, percebeu que a perpetuação do regime nos moldes do AI-5 era insustentável a longo prazo. Ele sabia que era preciso "descomprimir" o sistema, mas de forma controlada.

Seu projeto, batizado de "distensão [lenta, gradual e segura](#)", não era um caminho para a democracia plena e imediata, mas sim uma estratégia para garantir a sobrevivência do regime militar, adaptando-o a novas realidades. Era como soltar a válvula de pressão de uma panela, não para abri-la completamente, mas para evitar que ela explodisse. O objetivo era desarmar as tensões sociais e políticas, ao mesmo tempo em que se mantinha o controle sobre o processo, evitando qualquer "salto no escuro" que pudesse ameaçar a hegemonia militar.

As Contradições: A Repressão que Insistia em Permanecer

Discurso vs. Realidade

Apesar do discurso de "abertura", a realidade do governo Geisel foi marcada por uma profunda contradição: a coexistência da promessa de distensão com a manutenção, e por vezes o recrudescimento, da repressão. É como se o capitão do nosso navio anunciasse uma nova rota mais tranquila, mas mantivesse os porões trancados e os guardas armados, prontos para agir contra qualquer um que ousasse questionar a autoridade.

Órgãos de Repressão

Essa dualidade se manifestou de forma brutal. Enquanto Geisel falava em "distensão", os órgãos de segurança e informação, como o DOI-CODI e o SNI, continuavam operando com autonomia e brutalidade. A lógica da "guerra suja" contra a oposição armada, especialmente os grupos de esquerda, persistia. Isso gerou uma tensão constante entre o Palácio do Planalto e os setores mais radicais das Forças Armadas, que não viam com bons olhos qualquer afrouxamento do controle.

Casos Emblemáticos

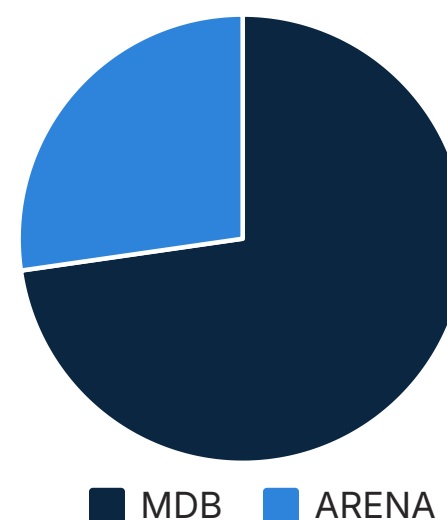
O caso do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOI-CODI em São Paulo em outubro de 1975, é um exemplo chocante dessa contradição. Sua morte, inicialmente forjada como suicídio, gerou uma onda de indignação e mobilização social, expondo a face mais cruel do regime. Pouco depois, em janeiro de 1976, o operário Manuel Fiel Filho também foi assassinado sob tortura, reforçando a percepção de que a "segurança" da distensão era, na verdade, a segurança do próprio regime em manter o controle, mesmo que à custa de vidas. Esses episódios mostram que a "lentidão" e a "segurança" da abertura eram, muitas vezes, sinônimos de controle e violência.

O Avanço Eleitoral do MDB em 1974: Um Grito nas Urnas

Em meio ao cenário de distensão controlada e repressão persistente, as eleições de 1974 para o Senado e a Câmara dos Deputados se tornaram um divisor de águas. O governo, talvez subestimando o descontentamento popular e a capacidade de articulação da oposição, permitiu uma campanha eleitoral com alguma liberdade, algo raro nos anos anteriores. Foi como abrir uma pequena janela em uma sala abafada, sem prever a força do vento que entraria.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição "permitida" pelo regime, soube capitalizar a insatisfação crescente com a economia (que já mostrava sinais de desaceleração após o "milagre") e a persistência da repressão. Com uma campanha focada em temas como a carestia, a falta de liberdade e a anistia, o MDB conseguiu mobilizar a população e transformar as urnas em um verdadeiro plebiscito contra o regime.

O resultado foi um choque para o governo. O MDB obteve uma vitória esmagadora, conquistando **16 das 22 vagas** em disputa no Senado e aumentando significativamente sua bancada na Câmara dos Deputados. Esse avanço eleitoral não apenas demonstrou a força da oposição, mas também a fragilidade da legitimidade do regime. Foi um sinal claro de que a sociedade brasileira ansiava por mudanças e que a "distensão" precisaria ser mais do que um mero discurso. A vitória do MDB em 1974 foi um marco que forçou o governo a repensar sua estratégia de abertura, mostrando que o controle total não era tão fácil de manter.



Distribuição de senadores eleitos em 1974

O Pacote de Abril de 1977 e as Manobras para Conter a Oposição

Reação ao Avanço do MDB

A surpreendente vitória do MDB em 1974 acendeu um alerta vermelho no Palácio do Planalto. A "distensão lenta, gradual e segura" estava se mostrando mais "lenta" e menos "segura" para o regime do que o planejado. O governo Geisel percebeu que a oposição estava ganhando terreno e que as próximas eleições poderiam consolidar ainda mais sua força. Era preciso agir para conter essa ascensão e garantir que o processo de abertura continuasse sob o controle militar.

Imposição do Pacote de Abril

A resposta veio em abril de 1977, com a edição do famoso **Pacote de Abril**. Essa série de medidas, impostas unilateralmente pelo governo, sem qualquer debate com o Congresso, foi uma clara manobra para frear o avanço da oposição e reverter os ganhos democráticos, ainda que incipientes. Foi como se, no meio de uma partida de futebol, um dos times, percebendo que está perdendo, mudasse as regras do jogo para garantir sua vitória.

Principais Medidas

Entre as principais medidas do Pacote de Abril, destacam-se: a criação do "senador biônico" (um terço dos senadores passaria a ser indicado indiretamente, garantindo a maioria governista); a alteração das regras eleitorais para dificultar a vitória da oposição; e a manutenção da eleição indireta para presidente da República. Essas medidas visavam assegurar a maioria governista no Congresso e, conseqüentemente, a continuidade do controle militar sobre a sucessão presidencial. O Pacote de Abril foi um duro golpe na esperança de uma transição mais rápida e democrática, evidenciando os limites da "abertura" de Geisel.

A Revogação do AI-5 e Seus Limites: Um Passo à Frente, Dois ao Lado?

O Ato Institucional Número 5 (AI-5), editado em 1968, foi o instrumento mais duro e repressivo da ditadura militar, concedendo ao presidente poderes ilimitados para fechar o Congresso, cassar mandatos, suspender direitos políticos e intervir em estados e municípios. Era a espada de Dâmocles pairando sobre a cabeça de qualquer um que ousasse desafiar o regime. Sua revogação, portanto, era um dos maiores anseios da sociedade civil e um símbolo da verdadeira abertura.

Em 1978, no final de seu mandato, o General Geisel finalmente revogou o AI-5. Essa medida foi um marco importante, um sinal de que o regime estava, de fato, se preparando para uma nova fase. No entanto, é crucial analisar essa revogação com um olhar crítico, compreendendo seus limites. Não foi um ato de benevolência, mas parte de uma estratégia calculada para desarmar as tensões e pavimentar o caminho para a sucessão presidencial, que já estava sendo planejada.



Limites da Revogação do AI-5

A revogação do AI-5 não significou o fim imediato da repressão ou a restauração plena das liberdades democráticas. Outras leis repressivas, como a Lei de Segurança Nacional, permaneceram em vigor, e os órgãos de informação e controle continuaram atuando. Além disso, a revogação veio acompanhada de uma série de medidas que visavam manter o controle do processo, como a Lei Falcão, que limitava a propaganda eleitoral. Foi como retirar a corrente mais pesada, mas manter as algemas. A revogação do AI-5 foi um passo significativo, mas que ainda estava inserido na lógica da "distensão controlada", onde o regime ditava o ritmo e os termos da transição.

Análise Historiográfica Recente: Desvendando Novas Camadas da "Abertura"

Narrativa Tradicional

A história não é estática; ela é constantemente revisitada e reinterpretada à luz de novas evidências e perspectivas. O período da "abertura" de Geisel não é exceção. Por muito tempo, a narrativa predominante enfatizou a figura de Geisel como o "grande timoneiro" que, sozinho, conduziu o Brasil para fora da ditadura, um estrategista visionário que soube negociar com os setores mais duros do regime.

Novas Interpretações

No entanto, a historiografia mais recente tem desafiado essa visão simplista, trazendo à tona a complexidade e as múltiplas forças que atuaram nesse processo. Pesquisadores têm destacado que a "abertura" não foi apenas uma iniciativa de cima para baixo, mas também resultado de intensas pressões da sociedade civil organizada, de movimentos sociais, da Igreja, da imprensa e de setores da própria oposição. A mobilização popular, mesmo sob repressão, foi fundamental para criar as condições que forçaram o regime a ceder.

Disputas Internas

Além disso, novas interpretações apontam para as disputas internas dentro das Forças Armadas, onde diferentes facções tinham visões distintas sobre o futuro do regime. Geisel, nesse sentido, é visto não apenas como um condutor, mas também como um mediador dessas tensões internas, buscando um caminho que garantisse a sobrevivência da instituição militar no pós-ditadura. Compreender essa complexidade é essencial para evitar a simplificação de um período tão rico e contraditório da nossa história.

A Complexidade da Redemocratização: Um Legado de Tensão

A "abertura lenta, gradual e segura" de Geisel, com todas as suas contradições e manobras, pavimentou o caminho para a redemocratização do Brasil, que se consolidaria nos anos seguintes. No entanto, é crucial entender que esse processo não foi um conto de fadas, mas uma transição marcada por tensões, negociações e a persistência de legados autoritários.



A forma como a ditadura chegou ao fim deixou marcas profundas na nossa democracia. A ausência de uma ruptura total com o passado, a anistia "ampla, geral e irrestrita" que beneficiou tanto perseguidos quanto torturadores, e a manutenção de estruturas de poder herdadas do regime militar são temas de intenso debate até hoje. É como se, ao reformar uma casa antiga, você pintasse as paredes e trocasse os móveis, mas mantivesse algumas rachaduras estruturais e um porão secreto intocado.

Essa complexidade nos ajuda a compreender muitos dos desafios que o Brasil enfrenta atualmente. Questões como a polarização política, a fragilidade das instituições democráticas e a persistência de discursos autoritários podem ser, em parte, compreendidas ao analisarmos as raízes dessa transição "controlada". A historiografia recente nos convida a ir além da superfície, a questionar as narrativas oficiais e a buscar uma compreensão mais profunda dos múltiplos fatores que moldaram e continuam a moldar a nossa realidade política.

A "Segurança" do Regime: Garantindo a Transição sem Perder o Controle



Quando Geisel falava em "distensão [lenta, gradual e segura](#)", a palavra "segura" era fundamental para o regime militar. Não se tratava da segurança dos cidadãos em relação à repressão, mas sim da segurança do próprio regime em controlar o processo de transição. Era como um mestre de xadrez que planeja vários movimentos à frente para garantir que, mesmo que o jogo mude, ele ainda tenha a vantagem.

Essa "segurança" se manifestava na capacidade do governo de impor seus termos, mesmo diante da crescente pressão social e política. O Pacote de Abril de 1977 é o exemplo mais claro dessa estratégia. Ao alterar as regras do jogo eleitoral, o regime garantiu que, mesmo com a revogação do AI-5 e a promessa de eleições diretas no futuro, o controle sobre a sucessão presidencial e a composição do Congresso permaneceria em suas mãos.

Essa abordagem pragmática e controladora de Geisel, embora tenha sido criticada por sua lentidão e pelos custos humanos da repressão persistente, é vista por alguns historiadores como a única forma possível de evitar um colapso violento do regime, que poderia levar a um cenário ainda mais caótico. Outros, no entanto, argumentam que essa "segurança" custou caro à democracia brasileira, ao permitir que muitos dos responsáveis por violações de direitos humanos permanecessem impunes e que a transição fosse menos participativa e mais tutelada.

O Papel das Forças Armadas na Transição: Entre o Poder e a Adaptação

1

Diversidade de Pensamento Militar

As Forças Armadas foram o pilar do regime militar, e sua participação na "abertura" de Geisel é um capítulo à parte. Não se tratava de um bloco monolítico; havia diferentes correntes de pensamento dentro dos quartéis, desde os mais "linha-dura", que defendiam a perpetuação do regime, até os "moderados", que percebiam a necessidade de uma saída política.

2

Geisel como Articulador

Geisel, ele próprio um general, atuou como um articulador dessas diferentes visões. Sua estratégia de "distensão" visava, em última instância, garantir a preservação da instituição militar como um ator político relevante no futuro democrático. Era como um general que, percebendo a inevitabilidade de uma retirada, planeja-a cuidadosamente para minimizar as perdas e preservar a capacidade de combate de suas tropas.

3

Legado da Tutela Militar

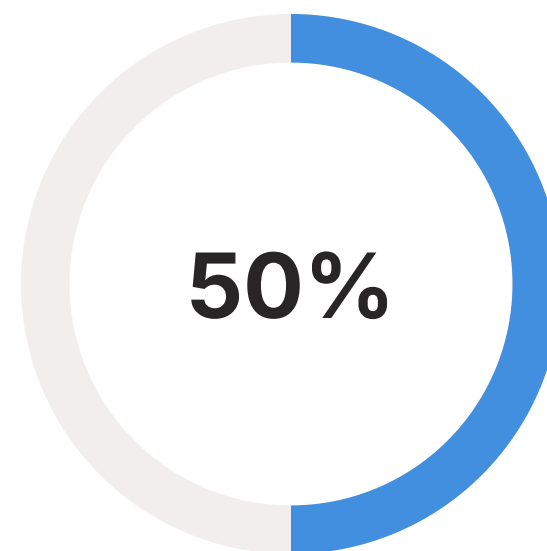
A transição, portanto, foi negociada e conduzida pelos próprios militares, o que teve implicações duradouras. A chamada "tutela militar" sobre a política civil, mesmo após a redemocratização, é um dos legados desse período. A forma como as Forças Armadas se posicionaram durante a abertura de Geisel e a subsequente transição para a democracia é um tema crucial para entender a relação civil-militar no Brasil contemporâneo.

O Legado de Geisel: Entre a Abertura e a Continuidade Autoritária

Ao final de seu mandato, em 1979, o General Ernesto Geisel entregou a faixa presidencial a João Figueiredo, seu sucessor escolhido, dando continuidade ao processo de abertura. Seu governo é, sem dúvida, um dos mais complexos e debatidos da ditadura militar brasileira.

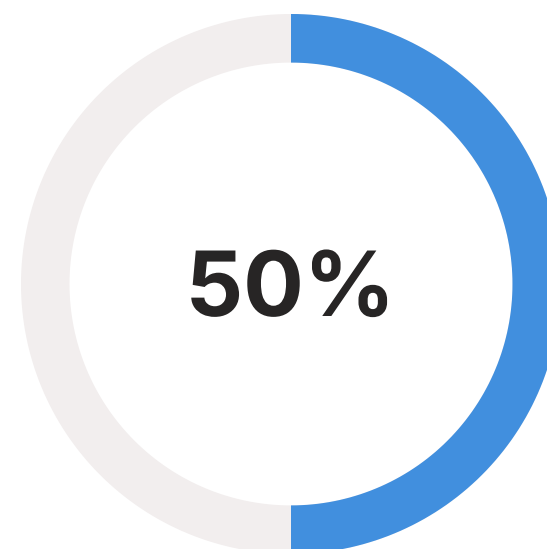
De um lado, Geisel é creditado por iniciar o processo de descompressão política, revogar o AI-5 e pavimentar o caminho para a redemocratização. Sua visão pragmática e sua capacidade de enfrentar os setores mais radicais do regime são frequentemente destacadas. Ele é visto por alguns como o líder que, mesmo sendo um militar, teve a coragem de iniciar o desmonte de um sistema que ele próprio ajudou a construir.

De outro lado, não se pode ignorar que a "abertura" de Geisel foi marcada pela persistência da repressão, pela violência de Estado e por manobras autoritárias, como o Pacote de Abril, que visavam controlar o processo e limitar a participação popular. A "lentidão" e a "segurança" da distensão significaram anos a mais de autoritarismo e a manutenção de uma transição tutelada, que deixou cicatrizes profundas na sociedade brasileira. O legado de Geisel é, portanto, um emaranhado de avanços e recuos, de pragmatismo e autoritarismo, que continua a ser objeto de estudo e debate.



Avanços Democráticos

Revogação do AI-5, relativa liberdade de imprensa, início da abertura política



Continuidade Autoritária

Repressão, Pacote de Abril, controle da sucessão presidencial

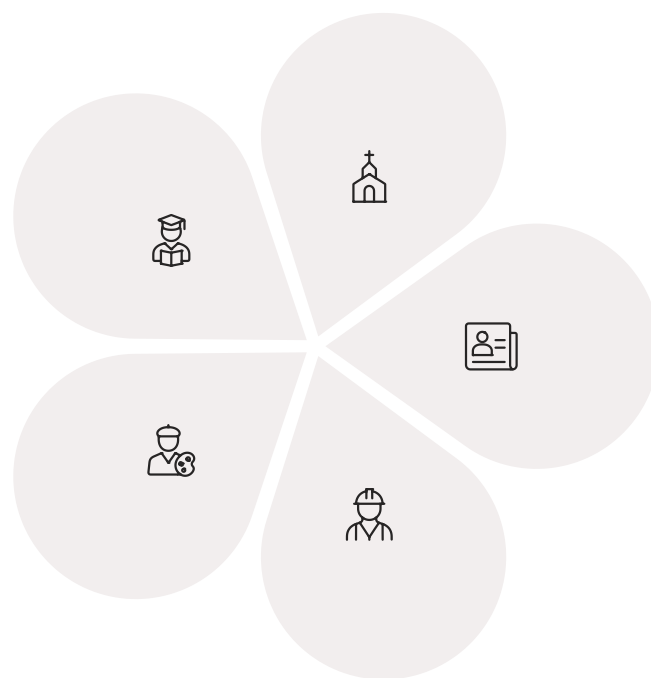
A Sociedade Civil e a Pressão por Mudanças: Vozes que Não se Calaram

Movimento Estudantil

Estudantes universitários reorganizaram-se e promoveram manifestações contra a ditadura, mesmo sob vigilância e repressão.

Artistas e Intelectuais

Através de músicas, peças teatrais e literatura, expressavam críticas ao regime e mantinham viva a chama da resistência cultural.



Igreja Católica

A ala progressista da Igreja, liderada por figuras como Dom Paulo Evaristo Arns, denunciou torturas e defendeu os direitos humanos.

Imprensa Alternativa

Jornais como "O Pasquim" e "Opinião" desafiavam a censura e criavam espaços de crítica e debate.

Movimento Sindical

Trabalhadores começavam a se reorganizar, especialmente no ABC paulista, preparando o terreno para as grandes greves do final da década.

Enquanto o governo Geisel orquestrava sua "distensão controlada", a sociedade civil brasileira, mesmo sob o jugo da repressão, não permaneceu inerte. Pelo contrário, diversos setores começaram a se articular e a pressionar por uma abertura mais ampla e genuína. Foi como um rio que, mesmo represado, encontra frestas para continuar seu fluxo, ganhando força à medida que avança.

Movimentos estudantis, sindicatos, a Igreja Católica (especialmente a ala progressista), intelectuais, artistas e a imprensa alternativa desempenharam um papel crucial na denúncia das violações de direitos humanos e na exigência de liberdades democráticas. A morte de Vladimir Herzog, por exemplo, catalisou uma série de manifestações e atos ecumênicos que se tornaram símbolos da resistência.

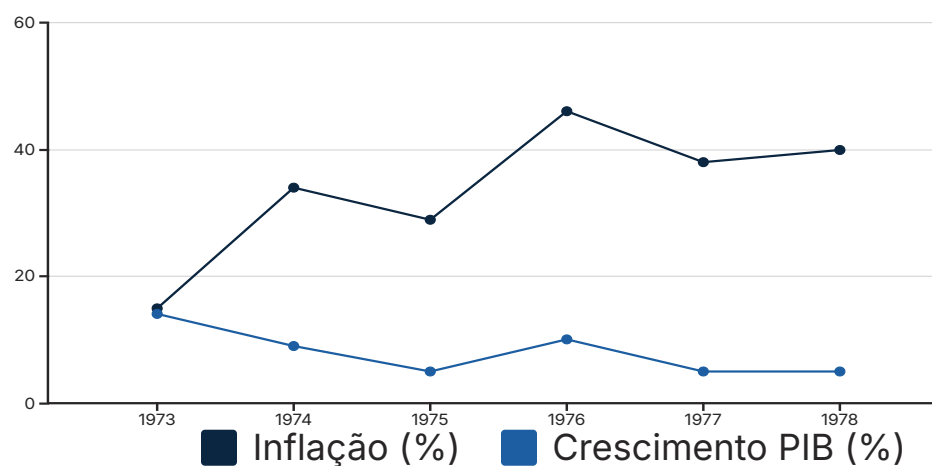
Essas pressões de baixo para cima foram fundamentais para acelerar o ritmo da abertura e para mostrar ao regime que a "segurança" de seu controle estava cada vez mais ameaçada pela insatisfação popular. A historiografia atual enfatiza que a redemocratização não foi um presente dos militares, mas uma conquista da sociedade brasileira, que soube resistir e se organizar mesmo nos momentos mais difíceis. A interação entre a estratégia de Geisel e a mobilização social é a chave para compreender a complexidade da transição.

O Contexto Econômico da Abertura: Crise e Descontentamento

Não podemos analisar a "abertura" de Geisel sem considerar o cenário econômico da época. O chamado "milagre econômico" brasileiro, que marcou os governos anteriores, começou a dar sinais de esgotamento justamente no início da década de 1970. A crise do petróleo de 1973, que elevou drasticamente os preços do combustível, atingiu em cheio a economia brasileira, altamente dependente do petróleo importado.

Essa crise gerou inflação, aumento da dívida externa e desaceleração do crescimento. A "carestia", ou seja, o aumento do custo de vida, começou a afetar diretamente o dia a dia da população, gerando um descontentamento generalizado. É como se, após uma festa de prosperidade, a conta chegasse, e ela fosse muito mais alta do que o esperado.

Esse cenário econômico adverso foi um fator crucial para a estratégia de Geisel. A insatisfação popular com a economia, somada à persistência da repressão, criou um caldo de cultura propício para o avanço da oposição, como vimos nas eleições de 1974. A "distensão" era também uma tentativa de desviar o foco da crise econômica e de legitimar o regime através de uma aparente flexibilização política. A economia, portanto, não era um pano de fundo neutro, mas um motor importante das decisões políticas do governo Geisel.



Evolução da inflação e crescimento durante o governo Geisel

A Transição e a Memória: O Que Aprendemos com Geisel?



Construção da Memória

O período do governo Geisel e sua "abertura" são fundamentais para compreendermos a memória da ditadura militar no Brasil. A forma como essa transição foi conduzida, com a revogação do AI-5 mas a manutenção de outros mecanismos de controle e a ausência de responsabilização pelos crimes do regime, teve um impacto profundo na construção da nossa memória histórica.



Complexidade das Transições

A "distensão lenta, gradual e segura" é um lembrete de que as transições políticas raramente são lineares ou perfeitas. Elas são processos complexos, cheios de nuances, onde diferentes forças atuam e onde o passado e o presente se entrelaçam. A análise crítica desse período nos permite entender como certas narrativas foram construídas e como elas podem influenciar nossa percepção sobre a democracia e o autoritarismo.



Análise Crítica

Para os estudantes universitários e candidatos a concursos, compreender a fundo o governo Geisel não é apenas memorizar datas e fatos, mas desenvolver a capacidade de análise crítica, de identificar as contradições e de conectar o passado ao presente. É entender que a história não é apenas sobre o que aconteceu, mas sobre como interpretamos esses eventos e como eles continuam a moldar a nossa sociedade.

Geisel e a Sucessão Presidencial: O Controle da Transição

Um dos objetivos centrais da "distensão" de Geisel era garantir uma sucessão presidencial controlada, que mantivesse o poder nas mãos dos militares e assegurasse a continuidade do projeto de regime. Era como um rei que, ao abdicar, escolhe a dedo seu sucessor para garantir que sua linhagem e seus ideais permaneçam no trono.



A escolha de João Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), como seu sucessor, foi um movimento estratégico. Figueiredo representava a ala "moderada" do Exército e era visto como alguém capaz de dar continuidade ao processo de abertura, mas sempre sob a tutela militar. A eleição indireta, garantida pelo Pacote de Abril, assegurou que a escolha de Geisel fosse ratificada sem riscos.

Essa sucessão controlada é um exemplo claro de como a "abertura" não era um abandono do poder, mas uma reconfiguração dele. Os militares estavam dispostos a ceder em alguns pontos, como a revogação do AI-5, mas não abriam mão do controle sobre o processo político e, principalmente, sobre a escolha do próximo presidente. Essa transição "de cima para baixo" é um dos aspectos mais debatidos do governo Geisel, pois moldou a forma como a democracia seria restaurada no Brasil.

O Legado da "Distensão": Pontes para a Redemocratização



Revogação do AI-5

Fim do instrumento mais duro da ditadura, abrindo espaço para maior liberdade de expressão e organização política.



Relativa Liberdade de Imprensa

Afrouxamento gradual da censura, permitindo que jornais e revistas denunciassem abusos e discutissem temas antes proibidos.



Avanço Eleitoral da Oposição

Mesmo com as manobras do Pacote de Abril, o MDB conseguiu ampliar sua representação e legitimar-se como voz da oposição.



Reorganização da Sociedade Civil

Movimentos sociais, sindicatos e entidades civis encontraram espaço para se articular e pressionar por mais abertura.

Apesar de todas as suas contradições e limites, o governo Geisel e sua política de "distensão" foram, inegavelmente, um ponto de virada na história do Brasil. Foi o período em que as primeiras rachaduras significativas apareceram no muro da ditadura, permitindo que a luz da esperança democrática começasse a penetrar.

A revogação do AI-5, a relativa liberdade de imprensa e de expressão que se seguiu (ainda que com censura e perseguições), e o avanço eleitoral do MDB, mesmo com as manobras do Pacote de Abril, criaram um novo cenário político. A sociedade civil, que antes estava mais acuada, encontrou novos espaços para se organizar e se manifestar, pavimentando o caminho para os grandes movimentos sociais que surgiriam no governo Figueiredo, como as Diretas Já.

A "abertura" de Geisel, portanto, não foi o fim da ditadura, mas o seu início do fim. Ela criou as condições para que a transição para a democracia se tornasse irreversível, mesmo que o ritmo e a forma dessa transição fossem ditados, em grande parte, pelo próprio regime. Compreender esse legado é essencial para entender como o Brasil saiu de um período de autoritarismo e caminhou, ainda que com tropeços, em direção à redemocratização.

A Imprensa e a Censura: Um Jogo de Gato e Rato

Durante o governo Geisel, a relação entre a imprensa e a censura foi um verdadeiro jogo de gato e rato. Enquanto o discurso oficial falava em "distensão", a censura prévia continuava a atuar, especialmente sobre jornais e revistas de oposição. No entanto, a própria lógica da "abertura" permitiu que a imprensa encontrasse novas formas de driblar o controle e informar a população.

Jornais como "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde" começaram a publicar receitas de bolo ou poemas de Camões nos espaços deixados em branco pela censura, uma forma sutil e criativa de denunciar a repressão. Revistas como "Opinião" e "Movimento" se tornaram importantes veículos de debate e crítica, mesmo sob constante ameaça.

Essa resistência da imprensa foi crucial para a "abertura". Ao furar o bloqueio da informação, os jornalistas contribuíram para mobilizar a opinião pública e para expor as contradições do regime. A luta pela liberdade de imprensa, que se intensificou nesse período, é um dos legados mais importantes da "distensão" de Geisel, mostrando que a informação é uma arma poderosa contra o autoritarismo.



i Estratégias da Imprensa

- Publicação de receitas de bolo ou poemas nos espaços censurados
- Uso de metáforas e linguagem cifrada para driblar a censura
- Criação de jornais alternativos com circulação mais restrita
- Denúncias internacionais sobre a situação da liberdade de expressão no Brasil
- Apoio a movimentos sociais e divulgação de suas pautas

O Papel dos Intelectuais e Artistas: A Cultura como Resistência



Música de Protesto

Compositores como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil criaram canções com letras metafóricas que denunciavam a opressão e celebravam a liberdade, driblando a censura.



Teatro Engajado

Grupos teatrais desenvolveram peças que, através de alegorias e simbolismos, criticavam o regime e promoviam a reflexão sobre a realidade brasileira.



Cinema Nacional

Cineastas produziram filmes que retratavam as desigualdades sociais e os problemas do país, contribuindo para a formação de uma consciência crítica.

Além da imprensa, os intelectuais e artistas também desempenharam um papel fundamental na resistência ao regime e na pressão pela abertura durante o governo Geisel. A cultura, em suas diversas manifestações – teatro, música, cinema, literatura – tornou-se um espaço de denúncia e de expressão da insatisfação popular.

Peças teatrais, canções e filmes, muitas vezes com mensagens cifradas para driblar a censura, questionavam o autoritarismo, celebravam a liberdade e criticavam a situação social e econômica do país. Nomes como [Chico Buarque](#), [Caetano Veloso](#), [Gilberto Gil](#), e tantos outros, usaram sua arte para dar voz aos anseios da sociedade.

Essa efervescência cultural, mesmo sob a sombra da censura e da perseguição, foi vital para manter acesa a chama da resistência e para mobilizar a população. A capacidade dos artistas de traduzir o sentimento popular em obras de arte foi um elemento poderoso na luta pela redemocratização, mostrando que a cultura não é apenas entretenimento, mas também um instrumento de transformação social e política.

A Anistia: Um Debate que Começa em Geisel



Embora a Lei da Anistia só tenha sido promulgada no governo Figueiredo, o debate sobre a anistia – o perdão para crimes políticos – começou a ganhar força e a ser pautado pela sociedade civil já no governo Geisel. A campanha pela anistia, liderada por familiares de presos e desaparecidos políticos, advogados e intelectuais, foi um dos movimentos mais importantes da época.

Essa campanha pressionava o regime a libertar os presos políticos, permitir o retorno dos exilados e esclarecer o paradeiro dos desaparecidos. Era um clamor por justiça e reconciliação, mas também um desafio direto à impunidade dos agentes da repressão.

A forma como a anistia foi finalmente concedida, em 1979, gerou e ainda gera intensos debates. A Lei da Anistia foi "ampla, geral e irrestrita", beneficiando tanto os perseguidos políticos quanto os agentes do Estado que cometeram crimes de tortura e assassinato. Essa "autoanistia" é vista por muitos como um dos grandes limites da transição brasileira, pois impediu a responsabilização dos violadores de direitos humanos e deixou uma ferida aberta na memória do país. O debate sobre a anistia, que teve suas raízes no governo Geisel, é um exemplo de como as decisões tomadas naquele período continuam a reverberar em nossa sociedade.

1975

Primeiras manifestações organizadas pedindo anistia aos presos e exilados políticos

1

1978

Intensificação da campanha com manifestações públicas e apoio internacional

3

1977

Criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA)

2

1979

Promulgação da Lei da Anistia no governo Figueiredo

4

Síntese e Conexão com o Presente

Paradoxos da Abertura

Chegamos ao fim de nossa jornada pela "abertura lenta, gradual e segura" de Geisel. Vimos que foi um período de paradoxos: um governo que falava em distensão enquanto mantinha a repressão; que cedia espaço à oposição, mas não hesitava em usar manobras autoritárias para conter seu avanço. A revogação do AI-5 foi um marco, mas seus limites nos lembram que a transição foi controlada e gradual.

Relevância Atual

Em prática: A compreensão desse período é crucial para analisar a complexidade da nossa democracia atual. As raízes de muitos dos nossos desafios políticos, como a polarização e a fragilidade institucional, podem ser encontradas na forma como a ditadura militar chegou ao fim. Entender a "abertura" de Geisel nos ajuda a valorizar as conquistas democráticas e a permanecer vigilantes contra qualquer retrocesso.

Autoavaliação

Questões Objetivas:

1. Qual foi o principal objetivo da política de "distensão lenta, gradual e segura" do governo Geisel?

1. Implementar imediatamente uma democracia plena no Brasil.
2. Garantir a perpetuação do regime militar, adaptando-o às novas realidades e pressões.
3. Promover uma revolução social e econômica no país.
4. Entregar o poder à oposição de forma incondicional.

2. O caso do jornalista Vladimir Herzog, assassinado em 1975, é um exemplo que evidencia qual contradição do governo Geisel?

1. A falta de apoio internacional à política de distensão.
2. A coexistência da promessa de abertura com a manutenção da repressão.
3. O sucesso do "milagre econômico" apesar da crise do petróleo.
4. A total liberdade de imprensa concedida pelo regime.

3. O que representou o avanço eleitoral do MDB nas eleições de 1974 para o regime militar?

1. Uma confirmação do apoio popular ao governo Geisel.
2. Um sinal de que a oposição estava enfraquecida e desorganizada.
3. Um choque para o governo, demonstrando a força da oposição e a insatisfação popular.
4. A consolidação da política de "distensão" como um sucesso absoluto.

4. O "Pacote de Abril" de 1977 foi uma série de medidas que visavam, principalmente:

1. Acelerar o processo de redemocratização e fortalecer o Congresso.
2. Frear o avanço da oposição e garantir o controle militar sobre a sucessão presidencial.
3. Promover a reforma agrária e a distribuição de renda.
4. Fortalecer a autonomia dos estados e municípios.

Questão Discursiva:

- Discorra brevemente sobre os limites da revogação do AI-5 no governo Geisel, explicando por que essa medida, embora importante, não significou o fim imediato da repressão ou a restauração plena das liberdades democráticas.



Gabarito

Respostas das Questões Objetivas:

1. **b)**
2. **b)**
3. **c)**
4. **b)**

Resposta Sugerida para a Questão Discursiva:

A revogação do AI-5 em 1978 foi um marco simbólico da abertura, mas seus limites eram claros. Ela não significou o fim da repressão, pois outras leis autoritárias, como a Lei de Segurança Nacional, permaneceram em vigor, e os órgãos de controle continuaram atuantes. Além disso, a revogação foi parte de uma estratégia controlada do regime para desarmar tensões e garantir uma transição tutelada, sem abrir mão do controle sobre a sucessão presidencial e o processo político.

Conexão com a Próxima Aula


Na próxima aula, "Aula 11 – O Caminho para a Redemocratização: Figueiredo e os Movimentos Sociais", daremos continuidade a essa fascinante jornada, explorando como o governo de João Figueiredo lidou com a herança de Geisel e como a sociedade civil, através de movimentos como as Diretas Já, finalmente impulsionou o Brasil para a democracia.

Recursos Adicionais:

- **Livro:** "A Ditadura Envergonhada" de Elio Gaspari – Para aprofundar nos bastidores do governo Geisel.
- **Documentário:** "O Dia que Durou 21 Anos" – Para visualizar o contexto da ditadura e a transição.
- **Artigos Acadêmicos:** Busque por "historiografia Geisel" em bases de dados como Scielo ou Google Acadêmico – Para explorar as novas interpretações.



Nota Importante

 **NOTA IMPORTANTE:** As informações históricas e análises historiográficas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais e pesquisas acadêmicas recentes para verificar novas interpretações e aprofundar seus conhecimentos.



Aprofundamento

Busque bibliografia especializada sobre o período para compreender diferentes perspectivas historiográficas sobre a abertura política.



Fontes Primárias

Consulte documentos da época, como jornais, discursos oficiais e depoimentos para formar sua própria análise crítica do período.



Debates Contemporâneos

Acompanhe os debates atuais sobre o legado da ditadura e da transição democrática para entender como esse passado ainda influencia nosso presente.